

Carta de Brasília 2012

A Relevância das Telecomunicações no Desenvolvimento do País

As Telecomunicações do Brasil desempenham um papel cada dia mais relevante na economia e na vida dos brasileiros. A sociedade da informação depende cada vez mais da conectividade e da mobilidade. E, em meio à dinâmica surpreendente das tecnologias e dos serviços, uma coisa é certa: a infraestrutura que leva banda larga às pessoas, lares e empresas deverá ser, cada vez mais, capaz de suportar as crescentes demandas da população.

Os grandes desafios que se colocam para a sociedade, governo e setor privado são como chegar lá, como superar as previsões e como ir além do que é demandado. As empresas de telecomunicações sempre investiram pesadamente em expansão, tendo esse cenário de superação contínua como meta. Desde 1998, foram mais de R\$ 260 bilhões em recursos exclusivamente privados, num processo estruturante de desenvolvimento sustentável do País, em que se aprimoram a infraestrutura e os serviços e se criam novas formas de conectividade. Reconhecemos que mesmo sendo um dos setores que mais investem em infraestrutura no Brasil ainda precisamos buscar soluções para enfrentar os problemas localizados, que em muitos casos decorrem da demanda explosiva por serviços.

Sabemos das dificuldades que enfrentamos e temos consciência da importância de melhor atender os nossos milhões de clientes, com oferta e entrega de serviços que satisfaçam as mais variadas demandas. Sempre trabalhamos com esse objetivo, mas não podemos nos esquecer de que estamos tratando de serviços com um universo tão grande de clientes que abrange a totalidade da população do Brasil. São serviços dinâmicos, permanentemente inovados, essenciais e estruturantes para o País, que fazem parte das preferências de consumo de todo brasileiro e que requerem planos de serviços inovadores, segmentados e diversificados.

Os maiores avanços ocorreram em períodos com políticas incentivadoras, de valorização dos investimentos, diálogo entre agentes públicos e privados e de um ambiente de estabilidade e previsibilidade. Por outro lado, os períodos caracterizados pelo desestímulo e a instabilidade trouxeram prejuízos para todos, inclusive para os usuários.

A indústria de telecomunicações no Brasil abrange um sofisticado sistema que relaciona fabricantes, prestadores de serviço, centros de pesquisa, centrais de atendimento, milhares de profissionais e autoridades públicas, voltadas para um pujante programa de investimentos de mais de R\$ 20 bilhões ao ano.

Ainda assim há muito a fazer para aproximar o Brasil das melhores políticas e práticas setoriais internacionais. Uma das maiores cargas tributárias do mundo (R\$ 57 bilhões em 2011), pouco incentivo ao investimento, fundos setoriais (R\$ 10 bilhões em 2011) contingenciados e não aplicados e um frágil equilíbrio entre os atores - consumidores, indústria e governo - demonstram quão desafiadores serão os avanços necessários. Mas continuamos otimistas. Otimismo que gerou R\$ 260 bilhões de investimentos privados nos últimos 14 anos.

Os primeiros passos foram dados. A começar pelo novo marco regulatório para o serviço de acesso condicionado e a aprovação pelo Congresso Nacional da desoneração para a construção de infraestrutura, da isenção tributária para PCs, *tablets* e smartphones, da redução das taxas de fiscalização para o mercado de comunicação entre máquinas – são estimadas 2,0 bilhões de conexões em 2020 - e da previsão legal de uso de recursos do FISTEL em projetos estratégicos, além de estímulo à inovação tecnológica e à produção nacional de bens de telecomunicações para alavancar a competitividade da indústria brasileira e o desenvolvimento industrial e tecnológico.

Medidas como essas são alavancas fundamentais para o sucesso da sociedade conectada, estimulam os investimentos privados e ampliam as possibilidades de negócios no País. O caminho é esse, mas, ainda há muito por fazer. Sabemos que precisamos avançar, com o olhar voltado para o futuro, para que todo esse esforço se reflita em serviços de maior qualidade para os cidadãos. Nesse sentido, a Telebrasil entende ser necessário:

- 1) Garantir estabilidade, previsibilidade regulatória e estudos de impacto regulatório - inclusive para sanções - que estimulem o investimento, a inovação, a produção local e novos modelos de negócio, aperfeiçoando a competição já existente.
- 2) Estimular o uso dos serviços de telecomunicações por uma parcela maior da população, contribuindo para a redução das desigualdades regionais, e criar atratividade para investimentos privados nas áreas de baixa demanda, com alavancas para a expansão do programa de Banda Larga Popular, mediante maior adesão dos Estados à desoneração de ICMS; criação de subsídios para acessos residenciais e públicos; desenvolvimento de parcerias público-privadas; e uso de modalidades de leilão reverso, a partir de recursos públicos, para expansão da infraestrutura.
- 3) Assegurar a destinação imediata da frequência de 700 MHz para serviços móveis, cujo uso complementar ao da faixa de 2,5 GHz é essencial para a expansão dos serviços de banda larga no País.
- 4) Ampliar a desoneração já concedida para a faixa de 450 MHz para as demais faixas de frequências utilizadas nos serviços de telecomunicações para o atendimento da área rural.
- 5) Dar continuidade ao processo de desoneração tributária de produtos e serviços, criando prioridade para projetos essenciais ao desenvolvimento do País, como a banda larga, inovação tecnológica e produção de bens, permitindo a redução dos preços dos serviços de telecomunicações e a geração de empregos.
- 6) Simplificar o processo de licenciamento de construção de redes, especialmente os relacionados à implantação de novas antenas de telefonia móvel e direito de passagem, permitindo expansão dos serviços com qualidade e cobertura adequada de sinais.
- 7) Intensificar a implantação e o compartilhamento de infraestrutura de telecomunicações, reduzindo os custos e potencializando os investimentos.
- 8) Assegurar que o Marco Civil da Internet incentive a massificação de seu uso no País, permitindo oferta diversificada de serviços para diferentes perfis de usuários, preservando a neutralidade da rede, sem deteriorar a qualidade dos serviços ou infringir a legislação. Não se pode tratar como igual aquilo que é

por natureza desigual, já que colocar todos no mesmo patamar pode significar prejuízo de muitos em função do privilégio de alguns.

- 9) Acelerar a execução de amplo programa de formação e qualificação de trabalhadores para o setor de telecomunicações, com o envolvimento de recursos públicos e privados, que amplie a produtividade e a competitividade.

A Telebrasil acredita que todos têm a consciência de seu papel e atuarão juntos para que se garanta ao Brasil redes, serviços de banda larga, conteúdos e soluções completas em TICs para o atendimento das demandas sociais básicas do cidadão. Estamos preparados para esse desafio e para as grandes demandas previstas para os próximos anos, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

As Telecomunicações do Brasil garantem que, se houver políticas públicas positivas, valorização dos investimentos e um ambiente de estabilidade e previsibilidade, não faltarão recursos, tecnologia e disposição de sua parte para se construir uma sociedade conectada que inove, se reinvente e assegure ao País um ciclo de desenvolvimento autossustentado para as próximas gerações.